36
REDAÇÕES MODELO
TEMAS PROVÁVEIS PARA O ENEM 2018
PROFESSOR
VINÍCIUS
OLIVEIRA

1) LIBERDADE DE EXPRESSÃO
2) VIOLÊNCIA URBANA
3) RESPEITO AOS ANIMAIS
4) TECNOVÍCIOS
5) POPULAÇÕES INDÍGENAS
6) HOMOFOBIA
7) VIOLÊNCIA NO PARTO
8) GESTÃO DO LIXO
9) APOSENTADORIA
10) PROGRESSO X ÉTICA
11) VACINAÇÃO
12) ADOÇÃO
13) CRISE HÍDRICA
14) ALIENAÇÃO PARENTAL
15) AUTISMO
16) BULLYING
17) CRISE CIENTÍFICA
18) CULTURA DE PAZ
19) CULTURA
20) DEPENDÊNCIA QUÍMICA
21) DESAFIOS DA FAMÍLIA
22) GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA
23) DIREITO DE GREVE
24) MAIORIDADE PENAL
25) POPULAÇÃO DE RUA
26) OBESIDADE
27) MORADIA
28) PRECONCEITO LINGUÍSTICO
29) SISTEMA PRISIONAL
30) TRABALHO VOLUNTÁRIO
31) TRAFICO DE PESSOAS
32) MOBILIDADE URBANA
33) FAKE NEWS
34) DEPRESSÃO
35) MÁ ALIMENTAÇÃO
36) PAPEL DO ENSINO MÉDIO

TEMA: OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO ENTRE OS BRASILEIROS

Liberdade subvertida

Em 1789, o Iluminismo consolidou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, garantindo que os indivíduos se expressassem de forma livre. Entretanto, os excessos da liberdade de expressão mostram que o Brasil é incapaz de experimentar os ideais iluministas de forma adequada. Com efeito, para garantir limites, há de se combater o discurso de ódio e as notícias falsas.

A princípio, a cultura de intolerância motiva o uso impróprio da liberdade de expressão. A esse respeito, o sociólogo Gilberto Freyre ensina, em "Casa-grande e Senzala", que a sociedade impõe diversos padrões sociais, e quem lhes desobedece é alvo de preconceito. Ocorre que, no Brasil, a intolerância denunciada por Freyre é banalizada sob a justificativa da liberdade de expressão, mesmo sendo ofensiva àqueles que são alvo da crítica, o que se mostra obstáculo à convivência social. Assim, não é razoável que o discurso de ódio permaneça sob a sombra da liberdade de expressão.

De outra parte, a falta de limites dá lugar às notícias falsas. Nesse viés, no século XX, Michel Foucault afirmava que toda linguagem é dotada de ideologia e pode influenciar os indivíduos sem que eles percebam – fenômeno conhecido como Controle Simbólico. Nesse sentido, os brasileiros são imprudentes e inconsequentes no uso do poder da linguagem descrito por Foucault e usam sua liberdade para expressar informações falsas e manipuladas, o que representa grave prejuízo à sociedade. Desse modo, enquanto a população for indiferente às consequências das "Fake News", o poder simbólico da linguagem continuará sendo utilizado com pouca – ou nenhuma – responsabilidade.

Impende, pois, que os indivíduos passem a respeitar limites acerca da sua liberdade de expressão. Nesse sentido, os próprios cidadãos devem, com urgência, desconstruir a cultura de preconceito, como as mensagens ofensivas e xingamentos, por meio de discussões nas mídias sociais, para que ninguém seja alvo de discurso de ódio. Por sua vez, o Ministério Público, com auxílio da imprensa, precisa combater com prioridade a divulgação de notícias falsas, por intermédio das ações judiciais pertinentes contra aqueles que veiculam "Fake News", de modo que deixe de ser comum, no Brasil, a liberdade subvertida.

Professor Vinícius Oliveira

O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL

Guerra não oficial

Em 1789, o Iluminismo consolidou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, garantindo pela primeira vez a segurança pública a todos. Entretanto, os frequentes casos de violência urbana no Brasil impedem que os brasileiros experimentem os ideais iluministas na prática. Com efeito, a busca pela segurança coletiva pressupõe a redução dos altos índices de mortalidade e o combate à cultura histórica de violência.

Em primeiro plano, os níveis de violência no Brasil fogem à normalidade esperada por sociedades civis. A esse respeito, a Organização das Nações Unidas, em 2015, comparou o número de mortes violentas intencionais do Brasil com a Síria e chegou à conclusão de que as aproximadas 250 mil mortes em 5 anos de guerra no Oriente Médio foram superadas pelas 280 mil mortes de brasileiros, no mesmo período de 5 anos. Nesse sentido, o Brasil, mesmo em tempos de paz, é mais violento do que uma nação em intenso conflito armado, o que deixa implícito que o Estado Democrático experimenta uma guerra não oficial, cujos números são tão — ou mais — cruéis do que os da Síria.

De outra parte, persiste no Brasil a cultura de violência, incentivada diariamente pelo próprio Estado. Nesse sentido, em 1941, o Governo Militar instituiu os autos de resistência, que são documentos capazes de justificar as mortes cometidas pelos policiais, cujo objetivo era garantir a ordem pública. Ocorre que o objetivo inicial dos autos se mostra subvertido, na contemporaneidade, e passou a garantir aos agentes a sombra da impunidade, o que representa grave problema. Assim, enquanto a polícia permanecer amparada pela cultura de violência iniciada em 1941, a sociedade será obrigada a conviver diariamente com um dos mais graves problemas do Estado Democrático de Direito: a sensação de insegurança.

O ideal iluminista de segurança coletiva, portanto, precisa ser a realidade no Brasil. Nesse sentido, os indivíduos podem problematizar os índices alarmantes de mortes violentas intencionais, por meio de discussões das mídias sociais, a fim de mostrar, com clareza, a incoerência de um país sem guerra reunir substancial quantidade de assassinatos. Por sua vez, O Poder Legislativo deve editar o Código Penal, por intermédio de uma proposta legislativa que ponha fim aos autos de resistência, para que a nação brasileira deixe de conviver com a guerra não oficial.

Professor Vinícius Oliveira

A IMPORTÂNCIA DO RESPEITO AOS ANIMAIS

Direito fragilizado

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais – promulgada em 1978 pela ONU – assegura às espécies domésticas e silvestres o tratamento com dignidade e respeito. Entretanto, os frequentes casos de exploração impedem que lhes sejam assegurados esses direitos na prática. Com efeito, há de se combater o desrespeito às leis ambientais e o desequilíbrio ambiental.

Em primeiro plano, os maus tratos aos animais vão de encontro à legislação nacional e internacional. A esse respeito, em 1961, o então presidente Jânio Quadros promulgou a lei que proíbe expressamente o desenvolvimento de competições baseadas na mutilação e na morte de galos, cachorros, pássaros — conhecidas como rinhas. Entretanto, mesmo após a vigência da lei de Jânio, ainda existem no país locais que utilizam animais para a diversão humana e os submetem a condições degradantes, o que deve ser desconstruído sob pena de prejuízos para a sociedade e a biodiversidade.

De outra parte, o desrespeito aos animais pode colocar em risco o equilíbrio ambiental. Nesse contexto, a Arara Azul — conhecida espécie em extinção — alimenta-se das sementes da árvore Manduvi e faz seus ninhos na cavidade do tronco dessa planta, cuja existência é importante à biodiversidade do Pantanal. Ocorre que a retirada da Arara Azul do habitat natural coloca em risco a perpetuação da própria ave, bem como interfere na dispersão das sementes da Manduvi, o que é capaz de modificar negativamente a dinâmica das espécies. Todavia, enquanto a exploração a animais se mantiver, o Brasil estará impossibilitado de experimentar um dos direitos mais importantes assegurados pelo artigo 225 da Carta Magna: o equilíbrio ambiental.

Urge, portanto, que o respeito aos animais seja, de fato, assegurado na prática, como prevê a Declaração Universal de 1978. Nesse sentido, a ONG WWF-Brasil pode veicular breves documentários capazes de mostrar aos indivíduos os prejuízos advindos da exploração às espécies silvestres, por meio de campanhas na mídia televisiva e na internet, a fim de problematizar a função de entretenimento dos animais, para que o respeito às espécies deixe de ser, no Brasil, um direito fragilizado.

Professor Vinícius Oliveira

TECNOVÍCIOS: O PROBLEMA DO VÍCIO EM TECNOLOGIA EM QUESTÃO NO BRASIL

Tecnologia saudável

Steve Jobs – empresário e fundador da Apple – defendia que todos os indivíduos ao redor do mundo deveriam dominar os recursos tecnológicos. Entretanto, na contemporaneidade, a lógica de Jobs se inverteu: a tecnologia é que domina o indivíduo, o que se mostra grave problema social. Com efeito, a construção de uma sociedade que valoriza a saúde e o bem-estar pressupõe ação conjunta entre indivíduos e poder público para o combate aos tecnovícios.

Em primeiro plano, o vício em tecnologia afeta as relações interpessoais. A esse respeito, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman afirmava que as amizades na modernidade eram sólidas e, na pós-modernidade, passaram a ser líquidas – palavra que dá nome à sua obra "Modernidade líquida". Nesse sentido, o tecnocívio potencializa a fragilidade das relações entre as pessoas, na medida em que os viciados em tecnologia tendem a experimentar apenas contatos superficiais, cujo fenômeno foi denominado como conexão, por Bauman. Todavia, é contraditório que os avanços tecnológicos, criados para unir os indivíduos, tendam a fragilizar suas relações.

De outra parte, o uso problemático da tecnologia é nocivo à saúde dos indivíduos. Nesse contexto, o Sistema Nacional de Saúde do Reino Unido (NHS) desenvolveu o fenômeno da "nomofobia" ("no-mobile phobia") e mostrou que há indivíduos que, sem contato com "smartphones", apresentam crise de abstinência, tal como os viciados em entorpecentes. Ocorre que a doença que afeta o Reino Unido também se mostra comum entre os brasileiros e representa grave problema, cujos prejuízos podem afetar a saúde física e mental da população. Assim, enquanto o uso excessivo de tecnologia se mantiver, o Brasil será obrigado a conviver com esta doença: os tecnovícios.

Impende, pois, que indivíduos e instituições públicas cooperem para mitigas os problemas advindos do uso inadequado da tecnologia. Nesse sentido, os indivíduos podem valorizar as relações interpessoais físicas, por meio da redução do uso de eletrônicos em seu dia a dia, para que as relações entre as pessoas sejam solidificadas. Por sua vez, as escolas devem orientar os alunos acerca dos riscos do uso excessivo de tecnologia, por intermédio de palestras com profissionais da saúde, a fim de que os efeitos os tecnovícios sejam reduzidos, de modo que haja, no Brasil, o uso da tecnologia saudável.

Professor Vinícius Oliveira

COMO GARANTIR OS INTERESSES DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO?

Apenas ficção.

No século XVIII, a Geração romântica indianista buscava valorizar, na literatura, a figura do índio como a verdadeira essência do povo brasileiro. Entretanto, a valorização proposta no Romantismo permaneceu apenas como obra literária, de modo que as populações indígenas e os seus interesses permanecem negligenciados. Com efeito, há de se desconstruir o etnocentrismo e o desrespeito promovido pelo próprio Estado.

Em primeiro plano, é urgente que se desconstruam os estereótipos criados sobre os indígenas. A esse respeito, a sociologia define como etnocentrismo o predomínio de uma cultura sobre as outras, tal como ocorreu entre os costumes europeus – hegemônicos – sobre os indígenas – desprestigiados. Ocorre que a postura etnocêntrica descrita pela sociologia ainda se mostra presente no Brasil, já que as escolas reduzem a diversidade indígena ao cocar e às pinturas, e os indivíduos guardam no seu imaginário a figura folclórica de índio. Assim, enquanto a cultura indígena for tratada como folclore, essa minoria étnica permanecerá negligenciada.

De outra parte, o Estado deve considerar os índios como sujeitos de direitos. Nesse viés, o Poder Legislativo passou a discutir a Proposta de Emenda Constitucional 215, que coloca as terras demarcadas sob o comando de parlamentares da bancada ruralista. Todavia, a exploração das terras indígenas, tal como objetiva a PEC 215, fragiliza a manutenção das tribos, dos costumes e das línguas nativas, o que se representa grave prejuízo a essa vulnerável parcela da população. Dessa forma, é incoerente que as autoridades sejam escolhidas pelo povo, mas negligenciem uma das mais importantes garantias daqueles que as elegeram: a terra.

Impende, pois, que os interesses da população indígena sejam garantidos no Brasil. Nesse sentido, os indivíduos devem combater, com veemência, a visão estereotipada de índio, por meio de discussões nas mídias sociais, a fim de disseminar a ideia de que a diversidade indígena não é parte do folclore, mas sim da cultura brasileira. Por sua vez, o Ministério Público precisa defender as terras demarcadas, por intermédio dos processos judiciais pertinentes, como Ação Civil Pública, para que, diferentemente da Geração Indianista, a valorização dos interesses dessa minoria não seja apenas ficção.

Professor Vinícius Oliveira

O PROBLEMA DA HOMOFOBIA EM QUESTÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Dignidade na prática

Em 1789, o Iluminismo consolidou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, garantindo pela primeira vez a dignidade humana a todos. Entretanto, os frequentes casos de homofobia mostram que a sociedade brasileira está distante de experimentar os ideais iluministas na prática. Com efeito, o combate a essa forma de preconceito pressupõe que se desconstrua o machismo cultural e a omissão do Estado.

Em primeiro plano, o preconceito de gênero evidencia a prevalência da cultura patriarcal no Brasil. A esse respeito, o sociólogo Gilberto Freyre defendia, em sua obra "Casa-grande e Senzala", que a formação do Brasil aconteceu baseada na figura masculina e na religião católica. Ocorre que o machismo cultural denunciado por Freyre impôs a dicotomia de gênero – masculino ou feminino –, cuja imposição representa retrocesso e motiva o problema da homofobia. Dessa forma, é incoerente que o Brasil tenha objetivo de tornar-se nação desenvolvida, mas ainda mantenha a violência à população LGBT.

De outra parte, a omissão do Estado dá lugar à perpetuação de atitudes homofóbicas. Nesse viés, o Código Penal brasileiro foi promulgado em 1940 e não prevê qualquer punição para a homofobia, que deve ser classificada como simples lesão corporal. Todavia, a impunidade permite que casos de violência ao grupo LGBT não sejam investigados, o que desestimula as denúncias pelas vítimas e acarreta prejuízos a sua dignidade humana. Assim, não é razoável que a legislação penal brasileira se mantenha silente a um dos mais graves problemas experimentados no Brasil: a homofobia.

Impende, pois, que a aversão à população LGBT deixe de ser realidade no Brasil. Nesse sentido, os indivíduos podem repudiar, com veemência, o discurso machista, por meio de discussões nas mídias sociais, para que o patriarcalismo cultural dê lugar ao respeito à diversidade de gênero. Por sua vez, o Poder Legislativo deve, com urgência, criminalizar a homofobia, por intermédio da mudança do antigo Código Penal, a fim de que a omissão do Estado seja substituída pela dignidade na prática.

Professor Vinícius Oliveira

TEMA O problema da violência durante o parto.

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Partos humanizados

Na Antiguidade, os maiores sofrimentos da humanidade eram comparados às dores de parto, que ficaram consolidadas na história como uma das piores sensações desde a mitologia clássica. Entretanto, na contemporaneidade, a violência obstétrica subjuga as mulheres brasileiras ao mesmo sofrimento experimentado séculos atrás, haja vista a omissão do Estado e a falta de dignidade humana no SUS.

Em primeiro plano, persiste a indiferença das autoridades acerca da violência obstétrica. A esse respeito, o sociólogo Zygmunt Bauman desenvolveu o conceito de "Instituição Zumbi", segundo o qual o Estado perdeu a sua função social, mas manteve — a qualquer custo — a sua forma. Nesse viés, o poder público brasileiro se enquadra na teoria das "Instituições Zumbis", na medida em que não impõe políticas públicas efetivas capazes de garantir às mães o cuidado e o respeito requeridos no parto. Assim, enquanto o problema denunciado por Zygmunt Bauman for a regra, os nascimentos humanizados serão a exceção no Brasil.

De outra parte, a violência obstétrica evidencia a desvalorização da dignidade humana pelo SUS. Nesse viés, em 1789, o Iluminismo consolidou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, garantindo pela primeira vez a dignidade humana a todos. Ocorre que o Sistema Único de Saúde se mostra incapaz de aplicar o ideal iluminista durante o parto e, mesmo séculos depois, não estende às mulheres a dignidade garantida em 1789, o que se mostra grave problema social capaz de fragilizar a saúde das mulheres e de seus bebês. Desse modo, não é razoável que a nação que almeja o desenvolvimento enfrente este retrocesso: a violência no parto.

Impende, pois, que o desrespeito obstétrico seja repudiado no Brasil. Para isso, o Poder Executivo, com auxílio da Agência Nacional de Saúde, deve fiscalizar, com rigor, a postura das autoridades médicas, por meio de visitas regulares aos hospitais, para que a omissão e a indiferença estatais sejam desconstruídas. Por sua vez, os indivíduos podem, com frequência, denunciar a falta de dignidade humana a que são submetidas as mulheres, como a ausência de informação devida à mãe, por intermédio de conteúdos e discussões nas mídias sociais, a fim de que o Brasil deixe as dores da mitologia clássica e construa partos humanizados.

INSTRUÇÕES

1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME: VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○

TEMA O problema da gestão do lixo no Brasil

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Realidade distante

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento o equilíbrio ambiental. Portanto, não é razoável que a gestão do lixo seja um problema no país, o que vai de encontro ao princípio republicano. Com efeito, há de se combater a gestão arcaica dos resíduos e os impactos à biodiversidade, sob pena de prejuízos à sustentabilidade nacional.

Em primeiro plano, a administração retrógrada do lixo representa obstáculo para a sua correta gestão. Nesse viés, o sanitarista Oswaldo Cruz foi nomeado para promover a sanitização urbana do Brasil e, em um primeiro momento, buscou afastar o lixo da população. Ocorre que as autoridades brasileiras mantêm a mesma estratégia arcaica estabelecida por Oswaldo Cruz, tratando com indiferença a destinação correta dos rejeitos, o que se mostra grave problema social e ambiental. Assim, é incoerente que o Brasil busque tornar-se nação desenvolvida, mas continue reproduzindo a mesma prática de mais de cem anos atrás.

De outra parte, a gestão ineficiente dos rejeitos dá lugar à poluição ambiental. A esse respeito, o Ministério do Meio Ambiente afirmou em 2015 que 75% dos resíduos vão para lixões, que contaminam a natureza com ácido sulfídrico (H_2S) e chorume — substância altamente tóxica. Portanto, a administração do lixo ainda ocorre de forma primitiva e inconsequente, já que os resíduos sólidos têm como principal destino terrenos baldios, tal como afirmou o órgão gestor do meio ambiente em 2015. Nesse sentido, enquanto o ácido sulfídrico e o chorume forem tratados com indiferença, o Brasil permanecerá sendo conhecido como nação que polui.

Impende, pois, que a gestão do lixo deixe de ser um problema no país. Desse modo, os governos municipais, com auxílio dos governadores estaduais, devem promover a triagem adequada, como a separação de lixo orgânico e sintético, por meio de campanhas televisivas, para que a administração dos resíduos deixe de ser arcaica. Por sua vez, os indivíduos podem denunciar a existência de lixões, como aqueles que ficam localizados próximos aos centros urbanos, por intermédio das mídias sociais, com envio de fotos e da localização dos terrenos baldios, a fim de que o equilíbrio ambiental deixe de ser uma realidade distante.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME
VINICIUS OLIVEIRA DE LIMA

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

TEMA Como garantir o direito da aposentadoria no Brasil?

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Previdência imprópria

Em 1789, o Iluminismo consolidou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, garantindo pela primeira vez a cidadania a todos. Entretanto, a precariedade do sistema de previdência mostra que a população brasileira ainda é incapaz de experimentar os ideais iluministas na prática. Com efeito, para garantir o direito à aposentadoria, há de se combater o desemprego e o privilégio de autoridades públicas.

A princípio, a falta de oportunidade de emprego fragiliza o sistema de previdência. A esse respeito, a Constituição Federal de 1988 assegura a todos os brasileiros o direito à aposentadoria. Entretanto, o atual contexto de desemprego sistêmico – resultado da crise econômica instalada no país em 2015 – impede que parte da população experimente as garantias constitucionais, uma vez que a insuficiência de postos de ofício inviabiliza o cumprimento do tempo de contribuição obrigatório para obtenção de benefício previdenciário. Assim, enquanto as altas taxas de desemprego forem a regra, a garantia prevista na Constituição Federal de 1988 será a exceção.

De outra parte, o procedimento de membros do Estado se mostra nocivo ao sistema previdenciário. Nesse viés, Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra "Homem cordial", ensina que o brasileiro tem inabilidade nata em separar o interesse público dos anseios particulares. Ocorre que a característica denunciada pelo historiador evidencia-se no Regime Especial de Previdência, na medida em que muitas autoridades públicas garantem seus direitos privilegiados no Legislativo, a exemplo da aposentadoria vitalícia cedida a militares, em detrimento do bem-estar da população, cujos benefícios previdenciários são insuficientes. Dessa maneira, a manutenção do comportamento evidenciado por Sérgio Buarque de Holanda contribui para a perpetuação de um dos mais graves problemas para a sociedade: o falho sistema de previdência.

Impende, pois, que o direito à aposentadoria seja, de fato, garantido no Brasil. Nesse sentido, o Ministério do Trabalho deve minimizar o impacto do desemprego na obtenção de previdência, por meio de geração de postos de ofícios, como incentivos ao crescimento empresarial, a fim de viabilizar o cumprimento do tempo de contribuição obrigatório. A população, por sua vez, pode exigir regimes de previdência igualitários entre sociedade e autoridades públicas, por intermédio de protestos, com apoio de ONGs e das redes midiáticas, para que sejam asseguradas a cidadania e a erradicação da previdência imprópria.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de tinta preta;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME
CAROLINA FORTES

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

REDAÇÃO SUGERIDA – PROGRESSO CIENTÍFICO E COMPROMISSO ÉTICO NO BRASIL

FOLHA DE REDAÇÃO

029

Ciência subvertida

Em 1939, Albert Einstein descobriu a possibilidade de converter a massa dos átomos em energia e levar as nações ao progresso. Ocorre que a descoberta do cientista foi subvertida na construção da bomba atômica, o que evidencia a utilização antiética da ciência. Com efeito, esse processo de subversão também se verifica no Brasil contemporâneo e se mostra grave problema, cujos efeitos são nocivos não só ao equilíbrio ambiental, mas também ao interesse coletivo.

Em primeiro plano, há tendência a privilegiar os interesses econômicos em detrimento da ética. A esse respeito, a empresa Monsanto — principal responsável pela engenharia genética no Brasil — desenvolveu o milho transgênico que seria resistente a pragas e potencializaria os lucros. Porém, a semente desenvolvida colaborou para a seleção natural da Helicoverpa armigera, praga medieval desconhecida pelos cientistas brasileiros, capaz de atacar outras "commodities" e mais resistente que os demais insetos. Esse desequilíbrio, portanto, é fruto do avanço científico irresponsável, que representa mais prejuízos do que benefícios.

De outra parte, a ciência brasileira tende a atender anseios políticos incapazes de beneficiar a coletividade. Nesse contexto, em 2016, o Poder Executivo fundiu o Ministério da Ciência ao das Comunicações e nomeou o parlamentar José Sarney Filho para a liderança, atendendo ao pedido dos partidos de oposição. Essa decisão inadequada prejudicou os laboratórios em virtude do corte de verbas, cuja consequência foi o êxodo científico — saída de pesquisadores do país. Assim, enquanto os interesses políticos subjugarem a ética com a população, o Brasil se distanciará de uma das maiores conquistas das nações desenvolvidas: o progresso da ciência.

Impende, pois, que indivíduos e instituições públicas cooperem para que ciência e ética não sejam antagônicas no Brasil. Nesse sentido, os cidadãos, por meio de denúncias nas mídias sociais, devem repudiar manobras políticas envolvendo os rumos da ciência, com a finalidade de garantir o interesse coletivo. O Ministério Público, por sua vez, pode processar empresas cujo foco seja o lucro em detrimento dos impactos ambientais e sociais, a fim de que se garanta o progresso sustentável. Dessa forma, a subversão da ciência, tal como ocorreu com Einstein em 1939, será desconstruída no Brasil contemporâneo.

Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Nº de Inscrição:

CPF:
CPF

Data de nascimento:
DATA DE NASCIMENTO

Nome completo:
NOME

0 2 9 2 1 7 1 0 7 1 1 8 9 2 2 8 0 9

TEMA: A importância das campanhas de vacinação no Brasil

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Apenas teoria

Em 1952, o médico virologista Jonas Salk desenvolveu a vacina contra a poliomielite e contribuiu para o combate da doença no século XX. Entretanto, a negligência às campanhas de vacinação fragiliza a conquista de Jonas Salk e se mostra grave problema social. Com efeito, a efetiva cobertura vacinal pressupõe que se reconheça a importância dos métodos de prevenção, sob pena de prejuízos à saúde pública.

A princípio, a resistência popular às campanhas de vacinação representa obstáculo para o controle de doenças. A esse respeito, o sanitarista Oswaldo Cruz implantou em 1904 políticas imunização compulsória, que foram repudiadas pela população da época. Essa rejeição coletiva ficou conhecida como Revolta da Vacina e foi motivada por notícias falsas e por pouca — ou nenhuma — informação em torno das estratégias de prevenção. Ocorre que a resistência enfrentada no início do século passado se mantém no Brasil contemporâneo, inclusive pelos mesmos motivos de 1904, e evidencia retrocesso à saúde pública. Nesse sentido, não é razoável que, mesmo sendo nação pós-moderna, ainda se mantenha na contemporaneidade o repúdio à vacinação combatido por Oswaldo Cruz.

De outra parte, a baixa adesão às campanhas se deve à ilusão de que as doenças deixaram de existir. Nesse viés, o médico Maurice Hilleman foi um dos responsáveis pelo controle do sarampo, após elaborar a vacina tríplice viral em 1963. Assim, houve redução do contágio e total eliminação da doença em 2016, como foi certificado pela OMS. Todavia, substancial parcela dos brasileiros nutre a falsa impressão de que o sarampo — e as demais infecções virais — restringem-se à época de Hilleman. Essa indiferença coletiva às doenças inviabiliza a sua prevenção e possibilita um dos problemas em grave eminência: a reemergência de vírus erradicados.

Impende, pois, que as campanhas de vacinação sejam tratadas com importância. Para isso, o Ministério da Saúde, em parceria com escolas, deve desconstruir as notícias falsas como as que invalidam a eficácia das vacinas, por meio de aulas de biologia realizadas com frequência, para que a resistência à imunização deixe de ser realidade no país. Por sua vez, os indivíduos, manifestando o seu senso crítico, podem veicular conteúdos nas mídias sociais com veemência, por intermédio de grupos de apoio às campanhas vacinais, realizadas gratuitamente pelo SUS, a fim de que o controle de doenças virais seja incentivado, de modo que o combate iniciado por Jonas Salk deixe de ser apenas teoria.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME: PROFESSOR VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

TEMA 1) Desafios da adoção no Brasil

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Realidade distante

Em 1789, o Iluminismo consolidou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, garantindo pela primeira vez o direito à família a todos. Entretanto, a negligência com a adoção impede que parcela dos brasileiros experimente o ideal iluminista na prática. Com efeito, a superação dos ~~des~~ desafios pressupõe que se desconstrua a burocratização dos processos e o preconceito, sob pena de prejuízos à sociedade contemporânea.

A princípio, o excesso de procedimentos em torno do processo adotivo representa obstáculo para a sua efetivação. Nesse viés, o Código Civil de 1916 estabeleceu critérios rígidos, a exemplo do mínimo de 50 anos de idade para adotar, e, em 1957, outra lei passou a obrigar mediação pelo Poder Judiciário, tornando, então, obrigatória a contratação de advogados. Ocorre que a rigidez inadequada do procedimento de adoção, prevista em 1916 e em 1957, ainda se perpetua no Brasil e se mostra entrave para que crianças e adolescentes passem a ter um lar. Assim, não é razoável que se mantenha a burocracia, mesmo após a revogação quase total do Código Civil de 1916.

De outra parte, dentre os desafios da adoção, está o preconceito sentido por aqueles que esperam por uma família. A esse respeito, em 1988, a Constituição da República passou a garantir a inclusão de meninos e de meninas disponíveis para adoção, buscando valorizar a sua dignidade humana. Todavia, enquanto não lhes for oferecido um lar, as aproximadamente cinco mil crianças, segundo o Conselho Nacional de Justiça, permanecerão abandonadas em abrigos e marginalizadas, o que vai de encontro à determinação constitucional de 1988 e se mostra grave problema. Dessa forma, é incoerente que o Brasil seja conhecido como nação inclusiva, mas não concretize o sonho das crianças abandonadas: a adoção.

Urge, pois, que os processos adotivos deixem de ser um desafio. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve, com urgência, desburocratizar o processo, por meio de normas que dispensem a figura do advogado, como ocorre em nações desenvolvidas, para que a adoção se efetive em menor prazo. Por sua vez, os indivíduos, manifestando seu senso crítico, podem criticar, com veemência, o abandono sofrido pelas crianças nos abrigos, por intermédio das mídias sociais, a fim de que o direito à família, instituído em 1789, deixe de ser realidade distante.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME: VINÍCIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○

TEMA: O problema da crise hídrica no Brasil contemporâneo.

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Apenas ficção

O escritor modernista Graciliano Ramos escreveu a obra "Vidas Secas" e relatou o drama de Fabiano e Sinhá Vitória motivado pela escassez de água. Todavia, o problema da crise hídrica contemporânea obriga a população brasileira a protagonizar Fabianos e Sinhás Vitórias, o que se mostra grave prejuízo à sociedade. Com efeito, a gestão efetiva pressupõe o racionamento da água nos processos industriais e a valorização da dignidade humana.

Em primeiro plano, o consumismo representa obstáculo para o racionamento hídrico. Nesse viés, o conceito conhecido como "Água Virtual" define a quantidade de recursos envolvidos na produção dos alimentos, a exemplo do leite em pó, que demanda 4500 litros de água para cada quilo de leite, segundo a Agência Nacional de Águas. Ocorre que substancial parcela dos brasileiros é imprudente e inconsequente nas suas práticas de consumo excessivo, o que se mostra grave problema social. Assim, enquanto houver indiferença acerca da água gasta nos insumos, tal como ocorre com o leite industrializado, o Brasil conviverá com a excassez hídrica.

De outra parte, a carência de água fragiliza a dignidade humana dos indivíduos. A esse respeito, a Organização das Nações Unidas estabeleceu a data 22 de março ~~para~~ para ser o Dia Mundial da Água e consolidou a ideia de que a disponibilidade desse recurso seria fundamental para a erradicação da pobreza. Todavia, o governo brasileiro ainda se mostra incapaz de distribuir água de forma satisfatória para garantir o desenvolvimento humano, o que prejudica a dignidade de parcela da população e distancia a sociedade do objetivo idealizado pelas Nações Unidas em 22 de março. Dessa forma, não é razoável que o Brasil almeje tornar-se nação desenvolvida, mas negligencie um direito que deve — ou deveria — ser comum a todos: o acesso digno à água.

Urge, pois, que a gestão de recursos hídricos deixe de ser um problema. Nesse sentido, os indivíduos devem colaborar para a redução do consumo da água virtual, por meio da escolha por alimentos não processados, como o leite natural, para que seja estimulada, com prioridade, a produção de insumos que demandem menos recursos hídricos. Por sua vez, o Ministério Público precisa intervir nas condições indignas vividas por aqueles que não têm acesso à água, por intermédio de processos judiciais avaliados, com urgência, pelo Poder Judiciário, a fim de levar recursos às comunidades em escassez, de modo que a falta de água denunciada por Graciliano Ramos seja, em breve, apenas ficção.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME: PROFESSOR VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

TEMA: O problema da alienação parental no Brasil

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Laços fortalecidos

A ONU estabeleceu a data 25 de abril para ser o Dia Mundial contra a Alienação Parental e divulgou campanhas a serem aplicadas pelos países membros. Entretanto, o combate proposto pelas Nações Unidas está distante de ser realidade na sociedade brasileira, na medida em que o assédio moral à crianças e adolescentes ainda representa grave problema no Brasil. Com efeito, enquanto individualismo e omissão forem a regra, ~~a solução~~ o tratamento digno dos filhos será a exceção.

Em primeiro plano, o egoísmo presente em alguns lares motiva a alienação parental e fragiliza o convívio em harmonia. A esse respeito, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão — principal lei do Iluminismo — afirmava, ainda no século XVIII, que a família deveria cooperar para a formação dos filhos. Ocorre que substancial parcela de pais e mães brasileiros é incapaz de aplicar os ideais iluministas e agem de forma individualista, desconstruindo a imagem um do outro e colocando em xeque a autoridade parental. Assim, não é razoável que a disputa fútil pela atenção de crianças e adolescentes seja obstáculo para o seu bem-estar e convivência saudável.

De outra parte, a alienação parental evidencia a crise da própria instituição familiar. Nesse viés, o autor realista Eça de Queirós, em sua obra "O Primo Basílio", narra a história de uma casa burguesa com problemas de relacionamento e que valoriza a aparência em vez da essência. Essa inversão de valores se mostra realidade nos lares brasileiros contemporâneos, torna a alienação parental prática comum na contemporaneidade e subjuga os ~~lares~~ relacionamentos parentais à mesma falência retratada por Eça de Queirós. Inclusive, a perda da função social da família representa grave problema e motiva que uma criança seja persuadida a não estabelecer laços com a mãe ou pai, o que pode acarretar um dos piores empecilhos já denunciados pelo escritor realista: a crise familiar.

Impende, pois, que a alienação parental deixe de ser realidade no Brasil. Para que isso se concretize, o Ministério Público deve intervir, com frequência, nos casos de divórcio em que haja menores envolvidos, por meio de visitas aos lares e diálogos com os filhos, para que o convívio familiar seja o menos caótico possível. Por sua vez, os indivíduos podem realizar debates capazes de denunciar casos de alienação, como interferência psicológica ou desqualificação da conduta do genitor, por intermédio de discussões nas mídias sociais, com urgência, a fim de desestimular o assédio moral nas famílias. Assim, a partir da ação conjunta entre população e Estado, a alienação parental dará lugar aos laços fortalecidos.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME: PROFESSOR VINÍCIUS OLIVEIRA

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

TEMA: Os obstáculos para o tratamento do autismo no Brasil

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

1 Tratamento Negligenciado
2 Em 1729, o Iluminismo consolidou a Declaração dos Direitos do Homem e do Ci-
3 dadão, garantindo pela primeira vez a dignidade humana a todos. Entretanto, ~~a~~
4 sociedade brasileira ainda se mostra incapaz de tratar os autistas da forma digna
5 prevista pelos iluministas há quase três séculos. Com efeito, a construção de uma so-
6 ciedade isonômica pressupõe valorização das pessoas com autismo.
7 Sob uma primeira análise, a falta de aceitação do meio familiar em relação àquele
8 com Transtorno do Espectro Autista inviabiliza o tratamento dessa enfermidade. Nes-
9 sa perspectiva, o escritor e sociólogo Gilberto Freyre, em sua obra "Casa-Grande e
10 Senzala", relata que o Brasil foi construído a partir do modelo de lar burguês, que
11 repudiava toda forma de deficiência que fragilizasse o padrão familiar. Nesse sentido,
12 a cultura da família perfeita permanece enraizada no país desde a época da
13 casa-grande e da senzala coloniais, já que ainda não há aceitação do autismo, o
14 que acarreta negligência parental acerca do acompanhamento médico do autista.
15 Dessa forma, a perpetuação do lar burguês — denunciado por Gilberto Freyre — a-
16 feta a contemporaneidade e deve ser repudiada pela sociedade brasileira.
17 De outra parte, as autoridades públicas se mostram ~~incapazes~~ ineficazes no tra-
18 tamento do autismo. Nesse viés, o sociólogo Zygmunt Bauman desenvolveu o conceito de
19 "Instituição Zumbi", segundo o qual algumas entidades perderam a sua função social, mas
20 mantiveram — a todo custo — a sua forma. Assim, o SUS se enquadra na teoria de
21 Bauman, na medida em que é ineficiente na assistência aos autistas, o que gera
22 consequências irreversíveis ao sistema cognitivo desses indivíduos. Desse modo,
23 enquanto a omissão do poder público se mantiver, o Brasil será obrigado a conviver
24 com o principal problema para aqueles que convivem com autismo: a saúde fragilizada.
25 É urgente, pois, que o Transtorno do Espectro Autista seja tratado com eficácia.
26 Para isso, o Ministério da Saúde deve, com urgência, possibilitar o acompanhamento,
27 por meio de assistentes sociais que acompanhem os autistas desde a infância, para que
28 lhes seja garantido o desenvolvimento de cognição. Por sua vez, os indivíduos pre-
29 cisam denunciar quem cometa atitudes preconceituosas, por intermédio das mídias
30 sociais, a fim de que tratamento do autismo deixe de ser um obstáculo no país.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME: PROFESSOR VINÍCIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○

TEMA: Como erradicar a prática do bullying do ambiente escolar?

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Problema silenciado

Em 2011, a sociedade brasileira presenciou o assassinato de 12 crianças, motivado pela revolta de um rapaz que havia sofrido constante opressão na escola. Esse massacre reascendeu um assunto até então silenciado: o bullying, que se mostra grave problema social e deve ser erradicado sob pena de prejuízos à nação.

A princípio, a cultura de preconceito inviabiliza o combate ao bullying no ambiente escolar. A esse respeito, o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda defende, na obra "Raízes do Brasil", que o brasileiro costuma agir de forma discriminatória, apesar da aparente cordialidade — conceito desenvolvido pelo autor — e tende a tomar atitudes imprudentes. Nesse viés, aqueles que praticam o bullying se encaixam na ideia defendida por Buarque de Holanda, na medida em que são incapazes de compreender que a opressão no ambiente escolar, por mais simples que seja — ou pareça ser — produz efeitos negativos não só às vítimas, mas também a toda a escola. Assim, a conduta de discriminação denunciada pelo sociólogo brasileiro precisa ser desconstruída no Brasil.

De outra parte, a omissão do Estado torna ineficaz o combate à opressão nas escolas. Nesse contexto, em 2015 foi promulgada a Lei Antibullying, que caracterizou o problema sob o nome de intimidação sistemática e o definiu como qualquer relação de desequilíbrio de poder, manifesto por agressões físicas, verbais ou psicológicas. Entretanto, a simples existência da lei não tem sido capaz de desestimular o problema dentro do ambiente educacional. Dessa forma, enquanto a inércia das autoridades públicas se mantiver, os estudantes serão obrigados a conviver com um dos mais graves problemas no ambiente escolar: o bullying.

O óbito dos 12 alunos, portanto, poderia ter sido evitado, caso houvesse efetivo combate ao bullying. Para erradicá-lo, o Ministério da Educação deve estabelecer, com frequência, campanhas capazes de desestimular a intimidação sistemática, por meio de aulas de sociologia, com a participação de psicólogos, que busquem desconstruir a cultura de preconceito, para que haja maior empatia entre os alunos. Por sua vez, os próprios estudantes precisam cobrar maior ação do Estado, por intermédio de denúncias realizadas, com o suporte do Ministério Público, contra escolas negligentes, como aquelas que se omitem, a fim de que a intimidação sistemática deixe de ser um problema silenciado.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME: VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○

TEMA Efeitos da crise científica brasileira

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/RWXCS1

FOLHA DE REDAÇÃO

Ciência com prioridade

A ONU estabeleceu a data 24 de novembro para ser o Dia Mundial do Incentivo à Ciência e divulgou campanhas a serem aplicadas pelos países membros. Entretanto, a crise científica brasileira mostra que o Brasil ainda está distante de promover o estímulo proposto pelas Nações Unidas. Nesse sentido, a involução tecnológica e o êxodo científico são efeitos negativos a serem modificados, sob pena de prejuízos à nação.

Em primeiro plano, o baixo fomento à ciência inviabiliza o desenvolvimento nacional. A esse respeito, os tecnopolos surgiram no Brasil na ocasião da Terceira Revolução Industrial e dedicam-se à produção de conhecimento, desenvolvendo tecnologias, a exemplo dos carros elétricos e inversores de energia solar de baixo custo. Ocorre que o corte orçamentário imposto aos centros interdisciplinares impedirá a continuidade dos estudos, o que dificulta o trabalho dos cientistas e não permite o surgimento de fontes alternativas de energia nem das demais tecnologias. Assim, não é razoável que, mesmo objetivando ser nação desenvolvida, o Brasil ainda seja indiferente aos destinos dos tecnopolos.

De outra parte, dentre os efeitos nocivos da crise científica, está a emigração de profissionais. Nesse viés, a sociologia norte-americana construiu o conceito chamado "Brain Drain", que consiste na saída de pesquisadores de uma nação em busca de melhores condições de trabalho. Todavia, esse fenômeno — conhecido no Brasil como êxodo científico — se mostra grave problema para a sociedade brasileira, na medida em que o conhecimento acaba se perdendo para outras nações e obriga os indivíduos a importarem tecnologias que podem — ou poderiam — ser geradas no próprio país. Desse modo, enquanto o "Brain Drain" for a regra no Brasil, os cidadãos serão subjugados a um dos maiores obstáculos para o progresso nacional: a fragilidade da ciência.

Portanto, para minimizar os efeitos da crise científica, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com apoio do Ministério Público, deve solicitar ao Poder Legislativo a liberação de mais recursos para pesquisas e laboratórios. Essa solicitação seria feita por meio de petições públicas oficiais, realizadas com auxílio das mídias televisivas, para que a situação dos pesquisadores seja adequada aos estudos, como ocorre em outras nações que, ao contrário do Brasil, tratam a ciência com prioridade.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de tinta preta;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME: PROF VINÍCIUS OLIVEIRA

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

TEMA Os desafios para uma efetiva implementação da cultura de paz no Brasil

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Pacto de paz

Na Grécia Antiga, foi estabelecido o acordo de Paz Olímpica, a partir do qual os indivíduos deveriam colaborar para que houvesse harmonia coletiva, livre de violência e de demais formas de agressão. Com efeito, o pacto grego está distante de ser a realidade no Brasil contemporâneo, haja vista que não há efetiva implementação da cultura de paz entre os brasileiros, o que deve ser modificado com urgência no país.

Em primeiro plano, os níveis de violência são obstáculo para o estabelecimento da sensação de segurança. A esse respeito, a ONU, em 2015, comparou o número de assassinatos entre Brasil e Síria e chegou à conclusão de que, mesmo em guerra, o país árabe apresenta menos mortes intencionais em relação à sociedade brasileira. Ocorre que as altas taxas de violência denunciadas pelas Nações Unidas fragilizam a construção da cultura de paz no Brasil e inviabilizam o desenvolvimento nacional. Desse modo, enquanto o medo for a regra, a convivência harmônica será a exceção.

De outra parte, a cultura de intolerância impede a efetiva implementação de uma sociedade pacífica. Nesse viés, o sociólogo Gilberto Freyre, em sua obra "Casa-Grande e Senzala", explica que o brasileiro baseou a sua identidade em torno do homem branco católico — líder da casa-grande colonial —, o que trouxe consequências a exemplo da subserviência da mulher, do negro e das religiões africanas. Nesse sentido, a sociedade contemporânea ainda experimenta reflexos da imposição da cultura colonial evidenciada por Freyre, bem como a dificuldade da manutenção da harmonia. Assim, se os preconceitos da casa-grande ~~for~~ forem mantidos, o Brasil estará distante de um dos principais objetivos do Estado Democrático: a paz social.

É urgente, portanto, que a implementação da cultura de paz deixe de ser um desafio no Brasil. Nesse sentido, o Ministério Público deve, com urgência, pressionar as prefeituras a ampliar a sua representatividade nas cidades, por meio de ações não violentas, como maior iluminação pública e policiamento nas ruas, para que a sensação de insegurança diminua. Os indivíduos, por sua vez, podem repudiar os casos de intolerância, por intermédio de denúncias, com auxílio das mídias sociais, a fim de desconstruir o preconceito culturalmente enraizado. Então, a partir da ação conjunta entre Estado e sociedade, o Brasil — tal como a Grécia Antiga — experimentará o pacto de paz.

INSTRUÇÕES

1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME VINÍCIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○

TEMA: O problema do acesso à cultura no Brasil

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

PROFESSOR VINÍCIUS OLIVEIRA

FOLHA DE REDAÇÃO

1 Em 1922, Mário de Andrade colaborou para a realizaçã da Semana de Arte Moderna,
2 cujo objetivo era valorizar as manifestações culturais do Brasil. Todavia, quase cem anos
3 depois, a iniciativa do escritor modernista se mostra distante de ser efetivada, na me-
4 dida em que a diversidade cultural brasileira nã é acessível a todos, o que deve ser
5 desconstruído sob pena de prejuízos ao desenvolvimento nacional.
6 Em primeiro plano, as produções culturais brasileiras tendem a valorizar somente o
7 lucro. A esse respeito, o sociólogo Zygmunt Bauman, em sua obra "Cultura líquida",
8 propôs a teoria da Espetacularizaçã da Cultura, segundo a qual as nações pós-modernas
9 priorizam manifestações artísticas grandiosas, capazes de constituir espetáculos e gerar
10 potencial econômico. Nesse contexto, a tese do sociólogo se aplica ao Brasil, na medida em
11 que as grandes produções recebem mais investimento do que as manifestações locais, que
12 ficam negligenciadas. Assim, é incoerente que, mesmo sendo considerado multicultural,
13 o país permita o enfraquecimento das culturas locais.
14 De outra parte, a maioria da populaçã acessa manifestações artísticas incapazes de for-
15 mar senso crítico. Nesse sentido, o conceito de Indústria Cultural, formulado por The-
16 odor Adorno — filósofo alemã do século XX — denuncia que as produções culturais
17 veiculadas pela mídia nã valorizam a diversidade e sã esvaziadas de criticidade. Tal
18 estratégia midiática busca oferecer a todos a mesma compreensã da realidade, o
19 que ocorre, inclusive, no Brasil, haja vista os veículos midiáticos — sobretudo a televi-
20 sã — nã incentivarem a reflexã crítica e buscarem homogeneizar os comportamentos
21 dos brasileiros. Desse modo, enquanto o esvaziamento crítico se mantiver, o país será obriga-
22 do a conviver com um dos mais graves problemas denunciados por Adorno: a alienaçã social.
23 Impende, pois, que valorizaçã cultural proposta por Mário de Andrade seja acessível a todos.
24 Para que isso ocorra, o Ministério da Educaçã e Cultura deve estimular os estudantes a observar,
25 com criticidade, as produções veiculadas na mídia, por meio de campanhas nas escolas, re-
26 alizadas com a participaçã de familiares, a fim de estimular a criticidade coletiva. Os indivíduos
27 ~~víduos~~, por sua vez, podem veicular conteúdos capazes de divulgar culturas locais mar-
28 ginalizadas, como os festivais de xilogravura do Nordeste, por intermédio das mídias
29 sociais, para que seja minimizada a desvalorizaçã desses movimentos. A partir da açã con-
30 junta entre Estado e sociedade, serã alcançados os objetivos da Semana de Arte Moderna.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME: PROF.

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

TEMA: O problema da dependência química no Brasil contemporâneo.

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Apenas teoria

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a proteção à saúde. Portanto, não é razoável que a dependência química ainda represente um problema no país, o que vai de encontro ao princípio republicano. Com efeito, a construção de uma sociedade que valoriza o bem-estar social pressupõe que se combata o consumo de drogas.

Em primeiro plano, persiste a omissão das autoridades públicas acerca da dependência química. A esse respeito, o sociólogo Zygmunt Bauman desenvolveu o conceito de Instituição Zumbi, segundo o qual o Estado perdeu a sua função social, mas manteve — a qualquer custo — a sua forma. Nesse viés, o SUS se enquadra na teoria das instituições zumbis, na medida em que não há campanhas efetivas de combate ao uso de drogas — lícitas e ilícitas — e é ineficiente no acompanhamento dos dependentes. Assim, enquanto o problema denunciado por Zygmunt Bauman for a regra, o enfraquecimento do uso de drogas será a exceção.

De outra parte, há de se desconstruir a cultura histórica de consumo de entorpecentes, cuja consequência é a dependência química. Nesse sentido, o Movimento de Contracultura — estabelecido em meados do século XX — utilizava as drogas como estratégia de subversão social, herdada do Movimento Hippie norte-americano. Essa prática imprudente se perpetua no Brasil contemporâneo e pode ser percebida no comportamento de indivíduos de todas as faixas etárias que usam substâncias capazes de acarretar vícios, o que pode ser irreversível. Dessa forma, se a inconsequência experimentada no Movimento Hippie se mantiver, o Brasil será obrigado a conviver com um dos mais graves problemas de saúde pública: a dependência química.

Impende, pois, que o Brasil contemporâneo não seja um país de dependentes químicos. Para isso, o Ministério da Saúde deve, com urgência, realizar campanhas efetivas de combate ao uso de drogas, por meio da divulgação dos riscos irreversíveis de algumas substâncias, como a cocaína e a nicotina, para que haja estímulo a práticas saudáveis. Por sua vez, os indivíduos podem realizar debates, por intermédio das mídias sociais, capazes de desconstruir a imprudência cultural acerca do consumo de entorpecentes, como havia no Movimento Hippie, a fim de que o combate à dependência química deixe de ser, no país, apenas teoria.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

TEMA Os desafios da família do século XXI em questão no Brasil

FOLHA DE REDAÇÃO

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a proteção à família. Portanto, não é razoável que a imposição do conservadorismo represente obstáculo aos lares do século XXI. Com efeito, a construção de uma sociedade que valoriza a diversidade pressupõe ação conjunta entre população e poder público.

Em primeiro plano, persiste a cultura patriarcal, capaz de oprimir as manifestações familiares. A esse respeito, o Código Civil de 1916 — primeiro regimento das relações sociais no Brasil — estabeleceu o homem como único detentor de poder e direitos na sociedade conjugal, de modo que a mulher lhe devia subserviência. Esse sistema legislativo foi modernizado, porém ainda há perpetuação da ideologia segundo a qual a figura masculina deve reger as relações familiares, o que inviabiliza o reconhecimento dos novos formatos de família. Assim, é incoerente que, mesmo sendo nação pós-moderna, ainda vigorem os estereótipos tradicionalistas impostos em 1916.

De outra parte, os modelos impostos fragilizam as famílias contemporâneas. Nesse sentido, o escritor português Eça de Queirós, em sua obra "O primo Basílio", criou os personagens Jorge e sua esposa Luísa, componentes de um lar que se estabeleceu pelas relações de aparência em virtude dos costumes burgueses do século XIX. Ocorre que as imposições ilustradas pelo livro — supremacia masculina e submissão feminina — são a realidade fora da ficção e podem acarretar a falência familiar no Brasil, tal como aconteceu a Jorge e Luísa. Com efeito, enquanto os padrões burgueses denunciados por Eça de Queirós se mantiverem, o Brasil será obrigado a conviver com um dos mais graves problemas para o século XXI: as famílias desestruturadas.

Impende, pois, que a valorização familiar deixe de ser um desafio no Brasil. Nesse contexto, o Ministério Público Federal deve denunciar, com veemência, os valores burgueses ainda vigentes, como a alienação do homem acerca dos afazeres domésticos, por meio de campanhas nacionais com a parceria das mídias televisivas, a exemplo de novelas e ficções engajadas capazes de ~~estimular a~~ combater a rejeição à diversidade de lares. A iniciativa do MPF teria a finalidade de desconstruir a cultura de subserviência feminina e repudiar os costumes patriarcais enraizados culturalmente. Dessa forma, a falência familiar retratada por Eça de Queirós deixará de ser realidade na sociedade brasileira do século XXI.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME
VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

TEMA: Efeitos negativos da gravidez na adolescência em questão (...)

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Momento errado

A ONU estabeleceu a data 26 de setembro como o Dia Mundial de Prevenção à Gravidez na Adolescência e lançou campanhas internacionais de educação sexual. Todavia, o combate proposto pelas Nações Unidas ainda está distante de ser eficaz no Brasil, na medida em que a gestação entre crianças e adolescentes ainda se mostra grave problema a ser desconstruído, sob pena de prejuízos a toda a sociedade.

Em primeiro plano, a gravidez na adolescência fragiliza a saúde da jovem. A esse respeito, a formação uterina só ocorre por completo por volta dos 21 anos, quando a parede uterina — cientificamente conhecida como endométrio — finaliza sua maturação. Logo, quanto menor for a idade da menina que engravida, maiores serão os riscos envolvidos seja para a saúde da mãe, seja para a do feto. Ocorre que a omissão da família, motivada pela vergonha ou pela religião, representa obstáculo para a correta educação sexual dos filhos. Desse modo, enquanto a falta de diálogo for a regra, a prevenção à gravidez será a exceção.

De outra parte, a gestação precoce evidencia a perpetuação da cultura de imprudência no Brasil. Nesse viés, o Movimento de Contracultura — estabelecido em meados do século XX — utilizava o sexo como estratégia de subversão social, herdada do Movimento Hippie norte-americano. Tal sexualização se perpetua de forma negativa e pode ser percebida no comportamento de meninos e meninas com cada vez menos idade e, se não for orientada, ~~haverá~~ o Brasil será obrigado a conviver com um dos mais graves problemas para crianças e adolescentes: a gestação precoce.

A iniciativa da ONU acerca do combate à gravidez na adolescência, portanto, deve ser a realidade no Brasil. Nesse sentido, o Ministério da Educação deveria desconstruir a cultura de imprudência sexual, por meio de aulas capazes de mostrar, com eficácia, os problemas advindos da gestação precoce, como abortos espontâneos e má formação fetal, para que meninos e meninas percebam os riscos a que estão expostos. Por sua vez, a família precisa viabilizar a educação sexual desde os primeiros anos da infância, por intermédio de diálogos sobre a sexualidade, realizados com frequência, a fim de que crianças e adolescentes deixem de ser suscetíveis à gravidez em momento errado.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME: VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○

TEMA Participação social e direito de greve em questão no Brasil

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

PROFESSOR VINÍCIUS OLIVEIRA

FOLHA DE REDAÇÃO

Apenas teoria

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a cidadania. Portanto, não é razoável que a participação social e os movimentos de greve sejam tratados com negligência pelos brasileiros, o que vai de encontro ao princípio republicano. Com efeito, a construção de uma sociedade que valoriza a participação coletiva pressupõe que seja desenvolvido senso crítico individual.

Em ~~princíp~~ primeiro plano, a falta de postura política inviabiliza o exercício do direito de greve. A esse respeito, em 2010, os países árabes foram marcados pela atitude do jovem Mohamed Bouazizi, que ateou fogo em seu próprio corpo como forma de protesto após sofrer diversas opressões do ditador Ben Ali. A morte do rapaz potencializou o senso crítico dos cidadãos locais e deu início ao movimento Primavera Árabe. Ocorre que, no Brasil, a criticidade provocada pela atitude de Bouazizi é exceção, de modo que os brasileiros se mostram incapazes de organizar mobilizações sociais relevantes, a exemplo de movimentos grevistas. Nesse sentido, é incoerente que, mesmo experimentando diversas mazelas sociais, alguns indivíduos abdiquem da reflexão crítica e desprezem manifestos públicos, tais como aconteceram nos países árabes a partir de 2010.

De outra parte, há de se valorizar as conquistas históricas em torno do direito de realizar paralisações trabalhistas. Nesse viés, o Código Penal de 1890 — primeira legislação criminal do Brasil — considerava qualquer forma de greve como um delito. Na sequência, as Constituições de 1937 e 1967 não regulamentaram as manifestações grevistas, o que, finalmente, se concretizou na Carta Magna de 1988, ainda vigente. Entretanto, substancial parcela dos brasileiros é indiferente — ou até contrária — ao direito de greve, atitude capaz de fragilizar o Estado Democrático de Direito, inviabilizando uma das mais importantes características da democracia: a participação social.

Impende, pois, que a participação social e o direito de greve sejam valorizados no Brasil. Para que isso ocorra, as escolas devem promover, com eficácia, o senso crítico, por meio de aulas de História que mostrem atitudes revolucionárias, como a de Mohamed Bouazizi, para que os jovens compreendam a importância do senso de coletividade. Por sua vez, os próprios indivíduos podem desenvolver a criticidade, por intermédio de ~~deb~~ debates nas mídias sociais, com frequência, como aqueles que questionam os graves problemas sociais experimentados diariamente pela população, a fim de promover mobilização de toda sociedade. Dessa forma, os movimentos grevistas e as mobilizações coletivas deixarão de ser, no Brasil, apenas teoria.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME: VINÍCIUS OLIVEIRA

RECREIO ○ CAXIAS I ○ CAXIAS II ○ CAXIAS III ○ N. AMÉRICA I ○ N. AMÉRICA II ○ N. AMÉRICA III ○

TEMA A redução da maioridade penal solucionaria os problemas de segurança?

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

1	Realidade distante
2	A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e
3	tem como fundamento a proteção à infância e à adolescência. Portanto, não é razoável que
4	seja reduzida a maioridade penal, o que iria de encontro ao princípio republicano.
5	Com efeito, a construção de uma sociedade que valoriza a segurança pública pressupõe
6	cuidadosa análise acerca das verdadeiras causas da criminalidade.
7	Em primeiro plano, o atual sistema prisional seria incapaz de ressocializar o menor
8	infrator. Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos — promulgada em 1948
9	pela ONU — garante a todos a dignidade humana. Todavia, as condições precárias dos presídios
10	brasileiros fragilizam diariamente a vida digna dos detentos, o que afetaria substancialmente
11	os menores e não colaboraria para a sua reintegração. Assim, a redução da maioridade penal
12	não solucionária os problemas de segurança, na medida em que não garantiria aos adolescen
13	tes o tratamento digno previsto pelas Nações Unidas em 48, inviabilizando, portanto, a
14	~~sua~~ transformação social daqueles que cometem delitos antes dos 18 anos de idade.
15	Por outro lado, a manutenção da maioridade penal não deve servir de subsídio para a
16	impunidade. A esse respeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem — ou deveria
17	ter — a finalidade de punir menores infratores, entretanto não cumpre a sua função,
18	já que a sua principal medida sócio-educativa — a internação — se mostra ineficiente.
19	Nesse viés, o ECA estabelece que o adolescente deve ficar internado pelo prazo máximo
20	de três anos, sendo liberado aos 21 anos em qualquer caso, o que possibilita a cer
21	teza da impunidade. Desse modo, enquanto a menoridade penal for sinônimo de ausên
22	cia de punição efetiva, a sociedade será obrigada a conviver com um dos mais graves pro-
23	blemas para o Brasil contemporâneo: a violência.
24	Logo, a redução da maioridade não solucionaria os problemas de segurança. Para que a solução seja
25	concretizada, os indivíduos devem realizar debates, por meio das mídias sociais, capazes de mos
26	trar a precariedade do sistema prisional, com a veiculação de imagens que denunciem a falta de
27	condições dignas dos detentos, para que sejam nítidos os possíveis prejuízos a adolescentes
28	que ali estivessem. Por sua vez, o Ministério Público precisa intervir nas medidas socioeducat-
29	ivas, por intermédio de fiscalizações, com frequência, às casas de internação, a fim de que a
30	efetiva ressocialização de menores deixe de ser, no Brasil, uma realidade distante.

INSTRUÇÕES

1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○

TEMA: Caminhos para solucionar a crise da população de rua no Br.

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

População negligenciada

"O Estado deverá assegurar assistência aos desamparados, na forma da lei". Essa frase integra o artigo 6º da Constituição de 1988; ocorre, entretanto, que os moradores de rua não experimentam o amparo constitucional na prática. Com efeito, o caminho possível para solucionar os problemas vivenciados por essa parcela da população é não só valorizar sua dignidade humana, como também incentivar a proteção por parte do Estado.

Em primeiro plano, a situação degradante dos moradores de rua fragiliza a sua dignidade humana. A esse respeito, a ONU promulgou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo a qual todos os indivíduos fazem jus a condições dignas de humanidade. Todavia, a falta de moradia, vestuário e higiene, bem como a carência de serviços básicos vão de encontro àquilo que foi garantido pelas Nações Unidas. Tais condições inadequadas potencializam a marginalização daqueles que se abrigam em logradouros públicos e colaboram para a sua desumanização. Dessa forma, é incoerente que, mesmo objetivando ser nação desenvolvida, não seja garantida a dignidade prevista em 1948.

De outra parte, o neoliberalismo — doutrina adotada no Brasil desde o final do século XX — defende que o povo deve buscar o seu próprio progresso por intermédio do esforço individual e com intervenção mínima do Estado. Contudo, a população de rua — majoritariamente negra — segundo o senso do IBGE 2015 não é capaz de progredir por si mesma, de modo que a ideologia neoliberal colabora para a marginalização desses indivíduos, cuja principal característica é o convívio constante com a fome e as drogas. Assim, enquanto não for assegurada a proteção aos desamparados, o Brasil será obrigado a conviver com uma das mais graves evidências da desigualdade: a população de rua.

Não é razoável, portanto, que o direito previsto pelo artigo 6º ainda não seja garantido àqueles que fazem dos logradouros públicos o seu lar. Para solucionar essa crise, as prefeituras devem minimizar a situação degradante dos moradores de rua, por meio da oferta de serviços básicos, como atendimento médico realizado com auxílio de assistentes sociais, para que seja desconstruída a omissão das autoridades. Por sua vez, os indivíduos podem realizar campanhas, por intermédio das mídias sociais capazes de reunir doações, como alimentos e roupas, e distribuí-las com urgência, a fim de contribuir para a humanização da população de rua. Desse modo, o Brasil poderá construir uma sociedade justa e solidária para a população negligenciada.

INSTRUÇÕES

1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME: VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○

Tema de redação: O problema da obesidade no Brasil.

LISTA DE TEMAS EM goo.gl/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

11 de outubro

Em 2017, o Brasil assumiu junto à ONU o compromisso de combater o sobrepeso e o acúmulo excessivo de gordura entre a população, a fim de reduzir o número de indivíduos obesos no país. Entretanto, a obesidade ainda é tratada com indiferença, o que se mostra grave problema social. Com efeito, a construção de uma sociedade que valoriza o bem-estar social pressupõe cuidadosa análise acerca da alimentação e do sedentarismo.

Em primeiro plano, persiste no Brasil o consumo de comida industrializada, capaz de facilitar os casos de obesidade. A esse respeito, a indústria alimentícia brasileira costuma utilizar gordura hidrogenada para aumentar o sabor e a durabilidade dos alimentos, bem como reduzir custos. Ocorre que tais gorduras, quando sintetizadas pelo organismo, aumentam a produção da lipoproteína de baixa densidade — conhecida popularmente como colesterol ruim — e potencializam os casos de sobrepeso. No entanto, não é razoável que, mesmo objetivando ser nação sustentável, a sociedade ainda seja negligente acerca da segurança alimentar por meio da prevalência de produtos industrializados.

De outra parte, a falta de atividade física favorece o crescimento do índice de indivíduos obesos. Nesse sentido, o sociólogo Zygmunt Bauman defende, na obra "Modernidade Líquida", que homens e mulheres pós-modernos vivem subjugados ao excesso de atribuições diárias e ao consumismo. Esse problema afeta os brasileiros, sobrecarrega o seu cotidiano e aumenta o sedentarismo, evidenciando que a cultura de excessos postulada por Zygmunt Bauman coloca em risco a saúde dos indivíduos. Todavia, enquanto o sedentarismo se mantiver, o país será obrigado a conviver com um dos mais graves problemas contemporâneos: a obesidade.

Impende, pois, que sociedade e poder público cooperem para desconstruir os casos de sobrepeso. Nesse contexto, cabe aos indivíduos, por meio das mídias sociais, veicular conteúdos capazes de estimular a prática de atividades físicas, disseminando a data mundial de combate à obesidade — 11 de outubro —, a fim de fomentar a discussão em torno desse problema. Por sua vez, a Agência Nacional de Saúde Suplementar deve, por intermédio de resoluções oficiais, orientar a indústria alimentícia a reduzir o uso de gorduras hidrogenadas nos alimentos. Assim, a partir do combate à obesidade, será possível construir uma nação saudável.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Somente serão aceitas redações feitas nesta folha;
4. Escreva sua redação com letra legível, preocupando-se com a estética do texto;
5. Não serão aceitas redações entregues com atraso;
6. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II

NOME: VINICIUS OLIVEIRA

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

TEMA: Os desafios das políticas de moradia no Brasil

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Problema silenciado

No dia 1º de maio de 2018, a sociedade brasileira presenciou o desabamento de um edifício abandonado que servia de abrigo para centenas de indivíduos. Esse desastre levantou um assunto até então silenciado: a desigualdade de moradia, que se mostra grave problema social e representa obstáculo para o desenvolvimento da nação.

Sob uma primeira análise, persiste no Brasil a desigualdade histórica de acesso à terra. Nesse viés, em 1850, foi estabelecida a Lei de Terras, cujo conteúdo visava evitar que a população carente se apropriasse da propriedade rural, o que subjugou as classes de menor renda a viver em moradias improvisadas e indignas. Entretanto, a desigualdade estabelecida em 1850 ainda produz efeitos negativos no Brasil contemporâneo e pode ser percebida no número substancial de moradores de rua e na situação habitacional precária das comunidades carentes. Desse modo, é incoerente que a nação brasileira, mesmo objetivando ser potência desenvolvida, permaneça indiferente ante o problema da distribuição de moradia em território nacional.

Além da desigualdade histórica, persiste a omissão do poder público na oferta de políticas isonômicas de acesso à propriedade. A esse respeito, o neoliberalismo — doutrina adotada no Brasil desde o final do século XX — defende que os indivíduos devem buscar o seu próprio progresso por intermédio do esforço individual e sem intervenção do Estado. Todavia, a população de rua ou em situação precária não é capaz de progredir por si mesma, de modo que a ideologia neoliberal aplicada à moradia colabora para o aumento da desigualdade habitacional e social. Assim, enquanto a inércia do Estado for a regra, o progresso de quem não possui moradia será a exceção.

A catástrofe de 1º de maio, portanto, poderia ter sido evitada caso a gestão de propriedade não fosse negligenciada no Brasil. Para mitigar esse problema, o Ministério Público deve identificar, com urgência, quais propriedades urbanas estejam sem função social, por meio de fiscalizações, com apoio das prefeituras, a fim de destinar espaços inabitados à população carente. Por sua vez, os indivíduos devem cobrar políticas efetivas do Estado, como ampliação do aluguel social, por intermédio de debates nas mídias sociais, com auxílio de campanhas na televisão, cuja finalidade seria desconstruir a grave desigualdade habitacional, bem como contribuir para que o acesso à moradia deixe de ser um problema silenciado.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME: VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○

Tema de redação: O problema do preconceito linguístico em questão no Brasil

LISTA DE TEMAS EM goo.gl/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

VARIAÇÃO NEGLIGENCIADA

Em 1955, João Cabral de Melo Neto escreveu a obra "Morte e Vida Severina" e objetivou promover a valorização dos falares regionais e sociais marginalizados na sociedade da época. Entretanto, mesmo depois de décadas, o objetivo do escritor modernista ainda se mostra distante, na medida em que o preconceito linguístico se perpetua e representa grave problema a ser, urgentemente, desconstruído pelos cidadãos e pelo Estado.

Em primeiro plano, o assédio linguístico fragiliza a dignidade humana das vítimas. A esse respeito, em 1948, a ONU estabeleceu que o principal direito de um indivíduo é a sua dignidade, prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ocorre que os frequentes discursos de ódio acerca das variantes linguísticas consideradas de baixo prestígio vão de encontro àquilo que as Nações Unidas declararam como indispensável. Assim, é incoerente que, mesmo sendo multicultural, o Brasil ainda mantenha vivo o preconceito linguístico.

De outra parte, persistem os estereótipos acerca das variantes negligenciadas socialmente. Nesse contexto, o filósofo Mikhail Bakhtin ensina, em sua obra "Carnavalização da sociedade", que o riso é capaz de desconstruir um grupo marginalizado e reafirmar o preconceito. Esse problema assume contornos específicos no Brasil, uma vez que a mídia costuma atribuir caráter lúdico aos falares sociais e regionais de baixo prestígio — sobretudo nordestinos —, o que colabora para a opressão da linguagem e manifesta na prática a carnavalização de Bakhtin. Dessa forma, enquanto os estereótipos se mantiverem, o país será obrigado a conviver com um dos mais graves problemas para o Estado Democrático de Direito: a exclusão linguística.

Impende, pois, que indivíduos e instituições públicas cooperem para mitigar a intolerância linguística. Nesse sentido, os cidadãos devem repudiar a inferiorização das variantes consideradas de baixo prestígio, por meio de debates nas mídias sociais capazes de combater, com urgência, a prevalência de uma variação sobre as demais, a fim de desconstruir estereótipos. O Ministério Público, por sua vez, pode promover denúncias contra atitudes que menosprezem os registros da linguagem de grupos historicamente excluídos, por intermédio de ações judiciais avaliadas com prioridade, como deveria ocorrer com todas as formas de discriminação. A iniciativa do MP teria a finalidade de estimular, no século XXI, a valorização linguística proposta por João Cabral de Melo Neto.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Somente serão aceitas redações feitas nesta folha;
4. Escreva sua redação com letra legível, preocupando-se com a estética do texto;
5. Não serão aceitas redações entregues com atraso;
6. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II

NOME: VINICIUS OLIVEIRA

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

TEMA A crise do sistema prisional em questão no Brasil

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Apenas teoria

"Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante".
Essa frase integra o artigo 5º da Constituição Federal brasileira, cujo conteúdo deve
— ou deveria — ser assegurado a todos, sem distinção. Entretanto, a crise do sis-
tema prisional evidencia que os detentos não experimentam esse fundamento cons-
titucional na prática, o que se mostra grave problema social a ser desconstruído.

Em primeiro plano, a gestão carcerária se mostra incapaz de promover ressocialização.
A esse respeito, o Iluminismo — corrente ideológica do século XVIII — revolucionou o
tratamento dos presos e estabeleceu que era necessário reintegrá-los à sociedade. A
partir disso, os detentos passaram a ser reconhecidos como detentores de direitos, como e-
ducação e trabalho. Ocorre que, no Brasil, os presídios mantêm práticas arcaicas, já que
não oferecem educação nem trabalho àqueles que estão sob a custódia do Estado. Assim,
é incoerente que, mesmo sendo nação pós-moderna, o país ainda seja indiferente ao
fenômeno da reintegração social, estabelecida desde o Iluminismo.

De outra parte, a estrutura prisional contribui para o ciclo de violência no Brasil. Nesse
sentido, a ONU promulgou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo
a qual todos os indivíduos fazem jus a condições dignas de humanidade. Todavia, a falta de
vagas, higiene e alimentação adequada nos presídios vai de encontro àquilo que foi garan-
tido pelas Nações Unidas. Tais condições inadequadas promovem a desumanização dos presos,
potencializam a sua revolta e fortalecem a cultura de violência dentro e fora dos cárceres.
Dessa forma, enquanto a crise estrutural dos presídios se mantiver, o Brasil será obri-
gado a conviver com um dos mais graves problemas para a sociedade: a violência.

Impende, pois, que a crise do sistema prisional deixe de ser a realidade do século
XXI. Nesse contexto, o Ministério Público Federal deve denunciar as condições degradan-
tes dos presídios, como a oferta de alimentação estragada e a superlotação das celas, por
meio de ações judiciais avaliadas pelo Poder Judiciário com prioridade. A iniciativa do MPF
teria a finalidade de desconstruir a precariedade experimentada diariamente pelos
presos, a fim de viabilizar condições para a ressocialização dos detentos. Assim, a tor-
tura e o tratamento degradante serão repudiados, e os direitos estabelecidos no ar-
tigo 5º da Carta Magna deixarão de ser, no Brasil, apenas teoria.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME
VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○

Tema de redação: Como incentivar o trabalho voluntário no Brasil

LISTA DE TEMAS EM goo.gl/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Solidariedade negligenciada

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a promoção do bem de todos. Portanto, não é razoável que o trabalho voluntário seja tratado com indiferença, cujos efeitos impediriam a efetivação do fundamento republicano. Com efeito, a construção de uma sociedade que valoriza o voluntariado pressupõe ação conjunta de indivíduos e poder público.

Sob um primeiro enfoque, para fomentar ações filantrópicas, é necessário que se desconstrua a falta de empatia. Nesse sentido, o individualismo tem seu ápice no movimento filosófico Iluminista, cujos ideais exaltavam o egocentrismo. Contudo, embora essa ideologia tenha sido fundamental para o Século das Luzes, o individualismo inviabiliza a construção de posturas benevolentes e fragiliza o senso de coletividade, aspecto necessário a sociedades carentes de serviços básicos e com extrema desigualdade social, a exemplo do Brasil. Todavia, não é razoável que a prevalência do egocentrismo seja a realidade em uma nação predominantemente carente e desigual, como ocorre na sociedade brasileira contemporânea.

De outra parte, o Estado precisa incentivar o trabalho voluntário. A esse respeito, a partir do governo de Fernando Collor, em 1990, o Brasil passou a experimentar a doutrina do Neoliberalismo, segundo a qual as autoridades devem intervir o mínimo possível na economia, estimular privatizações e valorizar multinacionais. Ocorre que a pressão econômica impede que o Estado incentive o Terceiro Setor, formado por entidades filantrópicas, fundamentais para auxiliar a população oprimida pelos baixos salários — ou pelo desemprego — advindos das políticas neoliberais no país. Não obstante, enquanto a omissão do poder público acerca ~~da~~ da disseminação do voluntariado se mantiver, o país será obrigado a conviver com um dos mais graves problemas para a nação: a extrema desigualdade social.

Impende, pois, que a sociedade e as instituições públicas cooperem para incentivar as ações filantrópicas. Cabe aos indivíduos, por meio das redes sociais, realizar campanhas capazes de promover práticas benevolentes diárias, que atenuem os problemas coletivos. Ao Ministério Público, por sua vez, compete promover a defesa da ordem jurídica e a redução das desigualdades sociais, por intermédio de projetos nacionais veiculados nos meios de comunicação oficial, que motivem a adesão dos cidadãos a ONGs, associações comunitárias e entidades sem fins lucrativos, a fim de estimular o Terceiro Setor. Assim, a partir do incentivo eficaz ao voluntariado, será possível construir uma sociedade livre, justa e solidária.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Somente serão aceitas redações feitas nesta folha;
4. Escreva sua redação com letra legível, preocupando-se com a estética do texto;
5. Não serão aceitas redações entregues com atraso;
6. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II

NOME: VINÍCIUS OLIVEIRA

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

TEMA Tráfico de pessoas

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

Retrocesso nocivo

Em 1789, o Iluminismo consolidou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, garantindo pela primeira vez a dignidade humana a todos. Entretanto, os casos de tráfico de pessoas mostram que a sociedade brasileira ainda é incapaz de experimentar os ideais iluministas na prática. Com efeito, a construção de um povo que valoriza a cidadania pressupõe ação conjunta entre poder público e população.

Em primeiro plano, o comércio humano subjuga indivíduos a situações degradantes. A esse respeito, o autor brasileiro Castro Alves, em sua obra "Navio Negreiro", narra as condições desumanas do tráfico de pessoas, evidente no país desde o século XVI. Ocorre que o comércio de indivíduos denunciado por Castro Alves persiste no Brasil contemporâneo, representa grave retrocesso e fragiliza a dignidade das vítimas. Assim, não é razoável que o tráfico de pessoas descrito em "Navio Negreiro" se manifeste no país que almeja a posição de nação desenvolvida.

De outra parte, a omissão do Estado dá lugar à perpetuação do tráfico humano. Nesse viés, no século XVIII, John Locke defendia que os cidadãos devem confiar ao poder público a proteção de seus direitos naturais, a exemplo da dignidade. Entretanto, o ideal de John Locke não se efetiva no Brasil, na medida em que o governo brasileiro é negligente no combate à ação de grupos que comercializam indivíduos, haja vista a precariedade da prevenção ao tráfico ilegal e ineficiência das condutas punitivas estatais. Desse modo, enquanto a proteção de Locke não for aplicada na prática, o Brasil será obrigado a conviver com um dos mais graves problemas para a sociedade: o comércio de pessoas.

Impende, pois, que o tráfico humano deixe de ser um problema no país. Nesse sentido, o Ministério Público deve incentivar as denúncias contra o comércio de indivíduos, com veemência, por meio da divulgação do Disque Direitos Humanos, com o auxílio das mídias televisivas e redes sociais, para que o combate à comercialização de pessoas seja efetivo. A população, por sua vez, pode se atentar a ações suspeitas de grupos ligados ao tráfico, como propostas aliciantes de viagens para o exterior, por meio de reflexão cautelosa, a fim de promover a autoproteção contra o tráfico humano. Assim, será mitigado o retrocesso nocivo.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME
CAROLINA FORTES

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

TEMA: O PROBLEMA DO DESLOCAMENTO NAS CIDADES: COMO SOLUCIONAR ESSE PROBLEMA HISTÓRICO?

FAÇA SUAS ANOTAÇÕES ABAIXO

Mobilidade ineficiente

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento o acesso ao transporte. Portanto, não é razoável que o deslocamento nas cidades seja historicamente tratado com indiferença. Com efeito, a construção de uma mobilidade urbana eficaz pressupõe ação conjunta entre população e poder público.

Em primeiro plano, é necessário repensar o investimento em estratégias incapazes de suprir a demanda. A esse respeito, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, cuja gestão data de 1956 a 1961, preferiu investir no modal rodoviarista e motivou a população adquirir veículos, sem os quais seria impossível o deslocamento nas cidades. Ocorre que o modelo econômico automobilístico proposto por JK promoveu — e ainda promove — a desigualdade social, na medida em que atende apenas a minoria detentora do poder econômico. Com efeito, é incoerente que, mesmo no Estado Democrático de Direito, o poder público persista em não oferecer mobilidade inclusiva.

De outra parte, o culto ao carro se mostra nocivo à saúde da sociedade. Nesse contexto, o grande contingente de automóveis nos congestionamentos é resultado da influência midiática cultural e historicamente pautada no individualismo, cuja consequência é a emissão de gases poluentes, a exemplo do dióxido de carbono e do monóxido de carbono. Essas substâncias advêm da combustão de gasolina e diesel e é capaz de trazer impactos irreversíveis à coletividade e ao equilíbrio ambiental. Dessa forma, enquanto o histórico culto ao carro se mantiver, o Brasil será obrigado a conviver com um dos mais graves problemas para as cidades: o trânsito poluente.

Impende, portanto, que o direito ao transporte seja assegurado na prática, como deveria ocorrer no Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, por meio de contratos administrativos firmados com as empresas de transportes públicos, deve estabelecer a renovação periódica da frota poluente e ampliar a oferta de trens e metrôs, com a finalidade de desestimular o culto ao carro nas cidades, o que reduziria o número de veículos particulares nas ruas. Assim, a partir da ação conjunta entre indivíduos e poder público, seria desconstruída, no Brasil, a mobilidade ineficiente.

Professor Vinícius Oliveira

TEMA Em um Brasil que compartilha mais do que critica, as notícias falsas se tornaram grave (...).

FOLHA DE REDAÇÃO

1 Conquista de Gutemberg

2 No século XV, Johannes Gutemberg deu início à imprensa e democratizou a ver-
3 dade por meio do seu invento. Entretanto, na contemporaneidade, a invenção de Gu-
4 temberg cedeu lugar à de Zuckerberg: o "Facebook", que, junto às outras mídias
5 sociais, propaga notícias falsas. Com efeito, a construção de uma nação que busca a ve-
6 racidade pressupõe que se combata a alienação e os efeitos políticos das "Fake News".
7 Em primeiro plano, a baixa criticidade dá lugar às notícias falsas. A esse respei-
8 to, o filósofo francês Michel Foucault defendia a tese segundo a qual toda linguagem é
9 dotada de ideologia, sendo, portanto, capaz de influenciar atitudes e comportamen-
10 tos da população — fenômeno conhecido na filosofia como Controle Simbólico. Ora, ~~sub~~
11 substancial parcela da sociedade brasileira está suscetível a esse controle descrito
12 pelo filósofo, já que o senso crítico do indivíduo se mostra sensível à linguagem
13 persuasiva dos conteúdos falaciosos. Assim, não é razoável que a influência simbólica
14 desenvolvida por Foucault seja a regra, e o combate às notícias falsas, a exceção.
15 De outra parte, as informações manipuladas podem fragilizar o interesse na-
16 cional. Nesse viés, em 1937, o então presidente Getúlio Vargas forjou uma carta que
17 anunciava um falso golpe comunista e, com base nesse documento, estabeleceu sua dita-
18 dura por oito anos. Ocorre que a subversão da verdade, tal como houve na Era
19 Vargas, ainda é comum no Brasil contemporâneo e pode dar lugar a governos que
20 subtraem a vontade do povo, o que se mostra grave ~~ser~~ problema social. Dessa
21 forma, enquanto a força das "Fake News" for maior do que o juízo crítico, o cidadão
22 conviverá com a mesma manobra presidencial de 1937: a manipulação política.
23 Impende, pois, que indivíduos e poder público cooperem para combater a dissemina-
24 ção de notícias mentirosas. Para isso, as escolas, com auxílio de jornalistas, podem desen-
25 volver projetos capazes de aguçar o senso crítico dos alunos, por meio de aulas
26 realizadas com frequência, para que a criticidade dos indivíduos seja fortalecida. Os
27 ~~ind~~ cidadãos, por sua vez, com apoio do Ministério Público, devem denunciar con-
28 teúdos políticos inverídicos, como pesquisas manipuladas, por intermédio de conteú-
29 dos veiculados nas mídias sociais, a fim de que a busca pela verdade seja constan-
30 te, valorizando, assim, a conquista de Gutemberg.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME
PROFESSOR VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○

TEMA Depressão: como combater essa grave doença entre os brasileiros?

PROFESSOR VINÍCIUS OLIVEIRA

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

1	Realidade distante
2	Em 1792, o médico francês Philippe Pinel desenvolveu estudos acerca do Transtor-
3	no Depressivo e contribuiu para que essa doença fosse tratada com prioridade. Toda-
4	via, a negligência em torno da depressão mostra que a sociedade brasileira ainda está dis-
5	tante de experimentar a conquista iniciada por Pinel. Com efeito, o combate a essa grave
6	doença pressupõe ação conjunta entre indivíduos e poder público.
7	A princípio, há de se desconstruir a ideia equivocada da depressão como pseudo-doença.
8	A esse respeito, o escritor romântico Álvares de Azevedo relacionava o humor fúnebre
9	poético e a vontade pela morte a características depressivas, o que se disseminou ao
10	longo do século XIX. Ocorre que a visão romantizada de depressão construída pelo
11	escritor ainda se perpetua no imaginário nacional e colabora para que homens e mulheres
12	mantenham a ideia inadequada de que o Transtorno Depressivo Maior seria um estado
13	de espírito e não uma doença mental. Assim, não é razoável que o combate a esse gra-
14	ve transtorno seja fragilizado pela ideologia romântica estabelecida por Álvares de Azevedo.
15	De outra parte, é urgente que o brasileiro valorize a sua saúde mental, cuja deficiência
16	dá ensejo à depressão. Nesse viés, na obra "O Mal-estar da Civilização", Sigmund Freud de-
17	senvolveu o conceito de Cultura de Sucesso, segundo o qual o indivíduo moderno deve ter
18	êxito em todas as tarefas que se propõe a fazer, e essa imposição seria capaz de subjugá-lo
19	ao mal-estar da modernidade. Essa busca frustrada pelo sucesso constante, tal como
20	Freud descreveu, se mostra frequente no Brasil, e a sua principal consequência é a
21	depressão. Nesse sentido, é necessário que a Cultura de Sucesso — denunciada pe-
22	lo Pai da Psicanálise — dê lugar ao bem-estar da mente, sob pena de uma das mais
23	graves doenças mentais segundo a OMS: a depressão.
24	Impende, pois, que indivíduos e instituições públicas cooperem para combater a depres-
25	são. Para isso, o Ministério da Saúde deve fomentar o valor da saúde mental, por meio de
26	aulas interdisciplinares realizadas com frequência, para mostrar como o bem-estar psicoló-
27	gico é capaz de prevenir os casos de depressão. Por sua vez, os indivíduos, manifes-
28	tando seu senso crítico, podem combater a visão romantizada do Transtorno Depressivo,
29	por intermédio de conteúdos nas mídias sociais, a fim de que o combate à depressão,
30	proposto por Pinel, deixe de ser no Brasil uma realidade distante.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1
COMPETÊNCIA 2
COMPETÊNCIA 3
COMPETÊNCIA 4
COMPETÊNCIA 5
TOTAL

NOME
PROFESSOR VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

TEMA As causas da má alimentação do brasileiro

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

PROFESSOR VINÍCIUS OLIVEIRA

FOLHA DE REDAÇÃO

Saúde fortalecida

Em 1945, foi criada a Fundação da ONU para a Alimentação, com o objetivo de assegurar a todos a segurança alimentar e os hábitos saudáveis. Entretanto, mais de meio século depois, o Brasil ainda se mostra incapaz de garantir os benefícios propostos pelas Nações Unidas. Com efeito, as causas da má alimentação do brasileiro passam não só pelo predomínio dos industrializados, mas também pela influência dos "fast-foods".

Sob uma primeira análise, o consumo de alimentos de origem industrial representa obstáculo para hábitos saudáveis. A esse respeito, a indústria alimentícia baseia seus produtos em gordura hidrogenada, capaz de aumentar a produção da lipoproteína de baixa densidade (LDL). Ocorre que essa substância — popularmente conhecida como colesterol ruim — prejudica o organismo, o que, todavia, é desconhecido por substancial parcela dos indivíduos no Brasil, que se mostram indiferentes à própria saúde. Assim, não é razoável que, mesmo objetivando ser nação saudável, ainda predomine o colesterol ruim (LDL) e os hábitos pouco — ou nada — adequados à vida sadia.

De outra parte, dentre as causas para a má alimentação, está a cultura "fast-food". Nesse viés, a mídia moderna impõe os restaurantes de comida rápida de origem norte-americana, que se tornaram costume no século XX, a partir da propaganda contínua, a exemplo do MC Donald's. Essa persuasão constante — conhecida na sociologia como Indústria Cultural — incentiva hábitos alimentares imprudentes e colabora para os preocupantes índices de brasileiros acima do peso, o que se mostra grave problema social. Desse modo, enquanto a força da Indústria Cultural e dos "fast-foods" for a regra, o Brasil conviverá com este conflito: a alimentação imprópria.

Impende, pois, que as causas dos hábitos alimentares nocivos sejam tratadas com relevância. Para isso, o Ministério da Saúde deve orientar a população a preferir os alimentos naturais aos industrializados, por meio de campanhas realizadas com apoio da mídia televisiva, para que o consumo de industrializados seja desestimulado. Os indivíduos, por sua vez, podem problematizar a influência das constantes propagandas de "fast-foods" sobre os costumes do brasileiro, por intermédio de discussões nas mídias sociais, para que a cultura norte-americana de alimentação dê lugar ao objetivo almejado pela ONU em 1945: a saúde fortalecida.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME
PROFESSOR VINICIUS OLIVEIRA

RECREIO
CAXIAS I
CAXIAS II
CAXIAS III
N. AMÉRICA I
N. AMÉRICA II
N. AMÉRICA III

TEMA: O papel social do Ensino Médio contemporâneo.

BAIXE OS TEMAS EM GOO.GL/8WXCSt

FOLHA DE REDAÇÃO

1	Apenas teoria
2	Após a vigência dos Governos Militares, a educação voltou a ser um direito legitimado pela
3	Carta Magna de 1988, cujos fundamentos são assegurados a todos. Entretanto, os problemas do
4	Ensino Médio contemporâneo impedem que os indivíduos usufruam dessa garantia na práti-
5	ca, o que vai de encontro àquilo que foi garantido após a Ditadura. Com efeito, para efetivar
6	o papel social do Ensino Médio, há de se combater a sua desatualização e o seu academicismo.
7	Em primeiro plano, a inspiração em modelos ultrapassados inviabiliza a função social do
8	Ensino Médio. Nesse viés, o sistema educacional do Brasil é inspirado no formato europeu de
9	1789, cuja ideologia impunha igualdade a todo custo entre os alunos — tal como orientava
10	a corrente iluminista. Ocorre que a heterogeneidade brasileira torna impróprio o modelo do
11	século XVIII, já que desvaloriza a diversidade cognitiva e social dos estudantes nos últimos
12	anos da formação básica, o que os prejudica e os distancia da educação ideal. Assim, o papel so-
13	cial do Ensino Médio não se efetivará enquanto a escola mantiver a ideologia do século XVIII
14	e o tratamento isonômico (valorização das diferenças) for negligenciado.
15	De outra parte, o distanciamento entre teoria e prática é obstáculo para a formação dos
16	educandos do Ensino Médio. A esse respeito, em sua obra "Pedagogia do Oprimido", Paulo
17	Freire defende que a escola deve ter íntima relação com a realidade dos alunos e não fi-
18	car restrita ao universo teórico — problema conhecido como academicismo. Todavia, o Ensino
19	Médio contemporâneo vai de encontro à ideologia de Freire, haja vista a deficiência dos
20	métodos pedagógicos contemporâneos, que criam abismos entre sala de aula e sociedade. Nes-
21	se sentido, o distanciamento denunciado pelo pedagogo inviabiliza a função social dos
22	últimos anos da formação básica e fragiliza o seu principal objetivo: a transformação social.
23	Impende, pois, que o Ensino Médio cumpra, de fato, o seu papel. Para isso, o Ministério
24	da Educação deve, com urgência, desconstruir o modelo ultrapassado de aulas, por meio da flexibi-
25	lização do currículo, como propõe a Base Nacional Comum Curricular, para que a diversidade cogni-
26	tiva dos alunos seja valorizada. Por sua vez, os próprios estudantes, com auxílio dos profes-
27	sores, podem realizar pesquisas e seminários capazes de relacionar a teoria aprendida em
28	aula com o seu próprio contexto, como ocorre em nações desenvolvidas, a fim de combater
29	o problema do academicismo. Assim, o direito à educação, garantido em 1988, será efetivado,
30	e o papel social do Ensino Médio deixará de ser, no Brasil, apenas teoria.

INSTRUÇÕES
1. Preencha os campos a seguir com o seu nome em letra de forma;
2. Assine a folha de redação;
3. Transcreva sua redação com caneta esferográfica de **tinta preta**;
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com traço simples, a palavra, a frase ou trecho. Em seguida, reescreva corretamente;
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido.

COMPETÊNCIA 1	
COMPETÊNCIA 2	
COMPETÊNCIA 3	
COMPETÊNCIA 4	
COMPETÊNCIA 5	
TOTAL	

NOME: PROFESSOR VINÍCIUS OLIVEIRA

RECREIO ○
CAXIAS I ○
CAXIAS II ○
CAXIAS III ○
N. AMÉRICA I ○
N. AMÉRICA II ○
N. AMÉRICA III ○